



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL FABIO SCHIOCHET

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. Fabio Schiochet)

Altera o art. 67 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para transformar o parágrafo único em §1º e incluir o §2º, a fim de dispor sobre a não incidência de autorização federativa em eventos de ciclismo não competitivos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 67 da Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, transformando-se o parágrafo único do artigo mencionado em § 1º:

“Art.

67

§1º.....

§2º Ficam excluídas da exigência de autorização de entidades de administração do desporto, prevista em regulamentação específica, as empresas ou pessoas físicas que promovam eventos de ciclismo de estrada, maratona, cross-country, downhill, bicicross e cicloturismo, desde que não possuam caráter competitivo oficial nem finalidade de ranqueamento, e não exijam filiação a federação ou confederação desportiva.”





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL FABIO SCHIOCHET

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo delimitar e esclarecer o alcance da interpretação dada ao art. 67 do Código de Trânsito Brasileiro no que se refere à exigência de autorização de entidades de administração do desporto para eventos ciclísticos.

Diversos promotores de eventos de cicloturismo, competições privadas e passeios ciclísticos têm sido onerados por exigências indevidas impostas por federações estaduais, com base em regulamentações que extrapolam o texto legal. Essas exigências vêm sendo aplicadas mesmo a eventos sem caráter competitivo, fora do calendário oficial de provas, e voltados à prática recreativa ou turística, com claro prejuízo ao setor, sobretudo para micro e pequenos empreendedores da cadeia do cicloturismo.

A proposição visa proteger a liberdade de organização desses eventos, estimular a mobilidade sustentável e garantir segurança jurídica aos organizadores, sem interferir na competência legítima das entidades desportivas sobre o sistema formal de competições.

Assim, ao excluir da obrigação os eventos não competitivos e desvinculados de ranqueamento, a proposta resguarda tanto a promoção do lazer e do turismo quanto o papel regulador das federações no âmbito do esporte de alto rendimento.

Diante disso, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta medida.

Sala das Sessões, 02 de abril de 2025.

FABIO SCHIOCHET



Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gab. 758 – Fone: (61) 3215.5758 – Fax: (61) 3215 2758
Endereço eletrônico: dep.fabioschiochet@camara.gov.br
BRASÍLIA - DF

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256043525900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fabio Schiochet





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL FABIO SCHIOCHET

Deputado Federal – UNIÃO/SC

Apresentação: 02/04/2025 11:28:33.873 - Mesa

PL n.1419/2025



Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gab. 758 – Fone: (61) 3215.5758 – Fax: (61) 3215 2758
Endereço eletrônico: dep.fabioschiochet@camara.gov.br
BRASÍLIA - DF

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256043525900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fabio Schiochet

